

Lei da Biodiversidade e seu Impacto na Pesquisa e no Desenvolvimento Tecnológico sobre Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado

Biodiversity Law and its Impact on Research and Technological Development on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge

Manuela da Silva

Coordenadora da Câmara Setorial da Academia do CGen

Coordenadora das Coleções Biológicas da Fiocruz

Fiocruz - Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas

Coordinator of the Academic Sectoral Chamber of CGEN

Coordinator of Biological Collections of Fiocruz

Vice-Presidency of Research and Biological Collections

Resumo

Desde de novembro de 2015 o Brasil conta com um novo marco legal (Lei nº 13.123, de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 2016), que após 15 anos substituiu a Medida Provisória 2.186/2001. Para gerenciar os cadastros e notificações relacionados ao acesso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), lançado em novembro de 2017. O Conselho de Gestão de Patrimônio Genético (CGen) atualmente funciona por meio do Plenário, Secretaria Executiva, Câmaras Temáticas e Câmaras Setoriais. A Câmara Setorial da Academia - CSA do CGen, criada em 21 de março de 2017, tem caráter permanente e tem a responsabilidade de conduzir discussões técnicas e apresentar propostas de interesse do setor acadêmico relacionadas à legislação de acesso e repartição de benefícios. É por meio da CSA que a academia tem feito sugestões para ajustes no SisGen e ainda propor instrumentos que garantam um melhor entendimento da legislação, com o objetivo de viabilizar da melhor maneira possível o cumprimento da Lei pelos pesquisadores. Com base em várias críticas e propostas feitas pela comunidade científica, assim como por outros setores, o plenário do CGEN tem aprovado uma série de medidas que visam viabilizar o cumprimento da Lei 13.123 e o preenchimento do cadastro no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). O processo todo ainda necessita de muitos ajustes e adequações, portanto a CSA continuará tendo um papel fundamental, com a participação ativa da academia e dos demais participantes do CGen, incluindo a Câmara Setorial das Populações Indígenas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais. Para maiores informações veja a página da CSA: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/camaras-tematicas/c%3%A2mara-setorial-da-academia.html> e página do CGen onde as novas normas estão listadas: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/nrmas-do-cgen.html>

Abstract

Since November 2015, Brazil has a new legal framework (Law no. 13,123, of 2015, and Decree No. 8.772, of 2016), which after 15 years replaced Provisional Act 2,186 / 2001. In order to manage registrations and notifications related to the access of genetic heritage and associated traditional knowledge with genetic heritage, the National Genetic Heritage and Associated Traditional Knowledge Management System (SisGen), launched in November 2017, was developed. The Genetic Heritage Management Council (CGen), the Brazilian ABS National Competent Authority, currently operates through the Plenary, Executive Secretariat, Thematic Chambers and Sectoral Chambers. The Academic Sectoral Chamber - CSA of CGen, established on March 21, 2017, is permanent and responsible for conducting technical discussions and presenting proposals of interest to the academic sector related to access and benefit sharing legislation. It is through the CSA that the academy has made suggestions for adjustments in SisGen and also propose instruments that guarantee a better understanding of the legislation, with the objective of making feasible the compliance of the Law by the researchers. Based on various criticisms and proposals made by the scientific community, as well as other sectors, the CGEN plenary has approved a series of measures aimed to make feasible the compliance with Law 13,123 and the filling of the registration on the National Genetic Heritage Management System and of Associated Traditional Knowledge (SisGen). The whole process still needs several adjustments and modifications, so the CSA will continue to play a key role, with the active participation of the CGen and other CGen participants, including the Sectorial Chamber of Indigenous Populations, Traditional Communities and Traditional Farmers. For more information, see the CSA website: : <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/camaras-tematicas/c%3%A2mara-setorial-da-academia.html> and CGen website where the new norms are listed: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/nrm-as-do-cgen.html>.